



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

LITERACY AND LITERACY DEVELOPMENT IN STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER

Regina Batista da Cruz Gonzaga¹

Rúbia Corrêa Ottoni²

RESUMO

Este artigo tem a perspectiva de investigar e sintetizar as metodologias e práticas presentes no processo de alfabetização e letramento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e analisar as principais abordagens e os desafios enfrentados pelos educadores e educandos. Propondo uma reflexão sobre qual maneira a educação pode ser uma ferramenta transformadora na vida desses alunos, promovendo uma inclusão respeitosa e significativa no espaço escolar. A metodologia utilizada foi uma Revisão Narrativa de Literatura, baseada em um estudo qualitativo-descritivo. Para isso, acessamos as principais bases de dados, como Periódicos Capes, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Também foram incluídos materiais adicionais, selecionados pela sua relevância para o objetivo da investigação. Os resultados nos levaram a compreender que a alfabetização e o letramento de alunos com TEA requerem abordagens pedagógicas especializadas e um entendimento aprofundado sobre as necessidades individuais de cada aluno.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Alfabetização. Letramento.

ABSTRACT

This article aims to investigate and synthesize the methodologies and practices present in the literacy and literacy process of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), and to analyze the main approaches and challenges faced by educators and learners. It proposes a reflection on how education can be a transformative tool in the lives of these students, promoting respectful and meaningful inclusion in the school environment. The methodology used was a Narrative Literature Review, based on a qualitative-descriptive study. For this, we accessed major

¹ Psicopedagoga, Rhema – e-mail regigonzaga76@hotmail.com

²Especialista em Educação Especial- AEE – UFMS/CPAQ – e-mail rubiaottoni@gmail.com



databases, such as Periódicos Capes, Scientific Electronic Library Online (SciELO), and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). Additional materials were also included, selected for their relevance to the research objective. The results led us to understand that the literacy and learning of students with ASD require specialized pedagogical approaches and a deep understanding of each student's individual needs.

Keywords: Autism. Inclusion. Literacy. Literacy.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem a perspectiva de investigar e sintetizar as metodologias e práticas presentes no processo de alfabetização e letramento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e analisar as principais abordagens e os desafios enfrentados pelos educadores e educandos. Propondo uma reflexão sobre qual maneira a educação pode ser uma ferramenta transformadora na vida desses alunos, promovendo uma inclusão respeitosa e significativa no espaço escolar.

A alfabetização é um processo que envolve uma prática da aquisição do código escrito, pelo qual se alcança o domínio e a capacidade de leitura e da escrita. O letramento ocorre paralelamente ao desenvolvimento da alfabetização, no reconhecimento dos usos desses códigos promovendo o emprego funcional e crítico no contexto cultural e social da vida de cada indivíduo.

Nas últimas décadas, a alfabetização e o letramento têm sido amplamente debatidos no contexto político e social brasileiro, mas quando se trata de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essas discussões ganham contornos ainda mais desafiadores, exigindo adaptações pedagógicas específicas e uma abordagem inclusiva que visa a garantia da universalização ao acesso e a permanência escolar.

De acordo com Schmidt (2013), o TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficits nas dimensões sociocomunicativa e comportamental. Ou seja, a criança com TEA pode lidar com dificuldades na interação com outras pessoas e na adaptação a mudanças de rotina, assim como ao expressar suas necessidades – o que pode impactar diretamente na forma como esses alunos se envolvem com a aprendizagem da leitura e escrita e em sua socialização.

Compreender as especificidades do processo de alfabetização e letramento de crianças com TEA é fundamental para garantir de forma eficaz a inclusão, abordando de maneira que respeite o ritmo de aprendizagem por meio de estratégias que minimizam barreiras e potencializem as capacidades dos estudantes, juntamente a capacitação dos educadores e da adequação de currículos e metodologias pensadas para atender às necessidades específicas destes alunos.



Diante do exposto, nossos procedimentos metodológicos estão fundados na pesquisa qualitativa e, neste contexto, utilizamos a técnica documental, organizada pelo acesso a Leis, Resoluções; e a bibliográfica, constituído em revisão narrativa de literatura, que

não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos. (Correia e Mesquita, 2014, p. 217-218).

A narrativa apresentada baseia-se em um estudo qualitativo-descritivo, que utiliza de publicações realizadas dos últimos cinco anos (não exclusivamente), como o foco em especial em artigos de periódicos educacionais, dissertações e teses. Para isso, acessamos as principais bases de dados, como Periódicos Capes, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Também foram incluídos materiais adicionais, selecionados pela sua relevância para o objetivo da investigação – as referências bibliográficas correspondentes estão identificadas neste texto.

2. TRANSTORNO DO ESPECTO AUTISTA (TEA): BREVE DEFINIÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda não é completamente compreendido, o que resulta na dificuldade da ação dos profissionais da educação em diferentes contextos da educação básica. A Associação Americana de Psiquiatria – APA (2013) classificou o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento, tendo manifestações comportamentais que incluem

[...] comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar o funcionamento diário do indivíduo (APA, 2013 apud Zanon et al, 2014, p.25).

A criança com TEA pode lidar com dificuldades na interação com outras pessoas, com a adaptação a mudanças de rotina como também ao expressar suas necessidades – o que pode impactar diretamente na forma como esses alunos se envolvem com a aprendizagem da leitura, da escrita e em sua socialização. Não há testes específicos para diagnosticar o autismo, ele se dá a partir da observação do comportamento da criança por uma equipe multidisciplinar com diferentes profissionais da medicina, psicologia e psicopedagogia.

Os aspectos do autismo são diferentes entre os indivíduos, mas existem características semelhantes entre o espectro que é separado em três níveis de suporte: leve, moderado ou severo.



[Grau 1 – autismo leve]. Neste grau, as maiores dificuldades estão relacionadas aos déficits de comunicação, sem muitas comorbidades associadas. Por conta disso, o pequeno com autismo leve muitas vezes é rotulado como desinteressado. [Grau 2 – autismo moderado] O autismo moderado possui aspectos mais complicados em relação ao anterior. Nesse caso, a falta da verbalização pode ser um dos problemas do indivíduo acometido e, geralmente, mais comorbidades estão associadas ao diagnóstico. [Grau 3 – autismo severo]. Se caracteriza pelos prejuízos no neurodesenvolvimento serem mais elevados. Nesse contexto, os problemas estão presentes desde o processo de socialização até o funcionamento geral de corpo e mente. Por esse motivo, a independência da criança com autismo é mais difícil de ser conquistada no grau 3. (Neurosaber, 2022. p.1)

Estes níveis não são estáticos ou inalteráveis, as individualidades e necessidades de cada pessoa autista devem ser consideradas e podem variar com o tempo. Compreender essa condição, a forma como ela impacta a vida dos indivíduos e estabelecer suporte e intervenções precoces contribuem para garantir a qualidade de vida social e educacional da pessoa com TEA.

2.1 A INCLUSÃO COMO CONDUTORA NA ALFABETIZAÇÃO E NO LETRAMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS

A alfabetização e o letramentos de alunos com TEA requerem abordagens pedagógicas especializadas e um entendimento aprofundado sobre as necessidades individuais de cada aluno. O trabalho e a personalização das tarefas entre a família, educadores e equipe multidisciplinar devem caminhar juntas para criar espaços de aprendizagem acolhedores preocupados em atender as especificidades de cada criança.

A inclusão entendida como um processo contínuo que objetiva garantir a todos os cidadãos o direito à educação de qualidade, reconhece e respeita as diferentes necessidades de cada indivíduo. De acordo Soares (2019) a inclusão não deve se limitar apenas ao acesso do aluno na sala de ensino regular, mas deve abranger uma transformação estrutural e cultural nas escolas preocupada com "a adaptação do currículo, das práticas pedagógicas e da organização escolar para atender às necessidades de cada estudante, respeitando suas particularidades e promovendo o desenvolvimento pleno de suas potencialidades" (Soares, 2019, p. 89).

A inclusão não é um ato de caridade e sim um direito humano fundamental, pois a partir dela que se estabelece um processo emancipatório que oportuniza a todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais e sociais, a oportunidade de se desenvolver plenamente em todos seus aspectos participando plenamente da vida social.

A educação inclusiva colabora para o desenvolvimento de uma sociedade equitativa e democrática, para Freire (1996), "a inclusão está intrinsecamente ligada ao respeito pela



diversidade e à valorização das diferentes formas de saberes, onde a educação deve ser um ato de amor, diálogo e respeito mútuo" (Freire, 1996, p. 67).

Deve ser um esforço coletivo de toda comunidade escolar, pais, alunos, educadores e gestores a participação e colaboração para identificar e romper as barreiras da inclusão desenvolvendo soluções capazes de garantir o direito à educação pública, gratuita, democrática, inclusiva de qualidade para a efetividade emancipadora.

2.2 LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A inclusão de pessoas com deficiência foi um processo gradual e desafiador, marcado por inúmeros encontros, debates e reuniões. Foi necessária uma longa trajetória para que essas pessoas fossem reconhecidas como sujeitos de direitos, compreendendo-se que suas limitações não representam barreiras para sua participação ativa na sociedade, tampouco no ambiente escolar.

A Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) determina e defende a inclusão de pessoas com deficiências ou necessidades educativas especiais, e estabelece “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Em seu trecho mais controverso (art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”. Portanto, a educação deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando aos alunos, currículo, métodos, técnicas, recursos educativos específicos e tecnologias assistivas para atender às necessidades das crianças.

Em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96), observamos um reconhecimento acerca das pessoas com deficiência, com a garantia do seu acesso no ensino regular. No Capítulo V, que trata da Educação Especial,



ela é entendida como uma modalidade de ensino, conforme pode ser constatado no art. 58, em que a educação especial é entendida como uma modalidade da educação escolar, que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais. (Brasil, 1996).

Entre outras leis, cita-se também a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social. Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, em seu artigo 55 também reforça os dispositivos legais supracitados, ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Sendo assim tendo como objetivo principal adquirir conhecimento a respeito da educação de aluno com TEA, pois é um desafio para os profissionais e familiares, especialmente na escola, onde a criança passa boa parte do seu tempo.

A Lei Berenice Piana (12.764/12) criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que determina o direito dos autistas a um diagnóstico precoce ainda que não definitivo, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde; o acesso à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades. Esta lei também estipula que § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

A Lei Brasileira de Inclusão (13.146/15), também conhecida como Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece diretrizes para garantir a igualdade de direitos e a inclusão social das pessoas com deficiência.

De acordo com essa Lei, as pessoas com autismo têm direito a uma educação inclusiva e de qualidade, que atenda às suas necessidades específicas.

Apesar das leis existentes que ampara a inclusão, a educação inclusiva sempre será desafiadora para todos, ainda temos um longo caminho a percorrer. Pois incluir um aluno com autismo não basta apenas oferecer a vaga na escola, mas sim trabalhar todo o seu potencial proporcionando oportunidades de desenvolvimento efetivo.

2.3 ADAPTAÇÃO CURRICULAR E A INCLUSÃO



Entende-se por adaptação curricular toda ação que tenha como objetivo flexibilizar o currículo para atender às necessidades educacionais específicas dos alunos da Educação Especial. Ela é fundamental para assegurar a inclusão desses alunos no ambiente escolar. Ao ajustar o currículo de acordo com as necessidades e particularidades de cada estudante, promove-se um espaço mais acessível e propício ao crescimento e aprendizado dessas crianças (Oliveira e Silva, 2023).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais as adaptações curriculares são conceituadas como:

[...] estratégias e critérios de situação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (Brasil, 1998, p.15).

Para os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a adaptação curricular é de suma importância, pois o TEA se manifesta de maneira distinta em cada indivíduo. Portanto, as adaptações devem ser feitas de forma individualizada, levando em consideração as necessidades específicas de cada estudante. O professor tem um papel fundamental na identificação das competências e habilidades dos alunos, buscando estratégias eficazes para potencializar a aprendizagem. Por isso, é essencial que os educadores sejam bem capacitados e preparados, garantindo um ensino de qualidade e adaptado às necessidades desses estudantes.

A flexibilidade no conteúdo é uma das abordagens centrais nesse processo, permitindo que os objetivos educacionais sejam alcançados conforme o ritmo e a capacidade de aprendizado de cada aluno. Entre as estratégias mais comuns, destacam-se a simplificação de atividades, o uso de recursos visuais, a aplicação de ferramentas tecnológicas e o suporte personalizado.

A educação inclusiva eficaz exige, conforme Silva e Costa (2021), que os educadores adotem metodologias de ensino diferenciadas. Essas metodologias devem priorizar a comunicação, promover a socialização e apoiar o desenvolvimento das habilidades cognitivas e emocionais dos alunos com TEA, assegurando que suas necessidades individuais sejam atendidas de maneira adequada. Nesse sentido, a personalização do ensino, por meio de abordagens como a educação estruturada (TEACCH) e a análise comportamental aplicada (ABA), tem se mostrado eficaz. Essas metodologias contribuem para ambientes mais organizados e controlados, além de estabelecerem metas de ensino bem definidas, favorecendo o aprendizado (Lopes, 2023).

Além da adaptação de conteúdos, é fundamental a reestruturação das metodologias de ensino, das formas de avaliação e dos recursos pedagógicos, a fim de incentivar a participação



ativa dos alunos com TEA nas atividades escolares. A adequação do ambiente escolar também é crucial para garantir a inclusão plena desses alunos.

Dessa forma, é imprescindível que a adaptação curricular seja realizada de maneira colaborativa entre professores, pais e profissionais de saúde. O compartilhamento de informações sobre o aluno permite uma visão mais abrangente de suas necessidades e habilidades, resultando em um plano de ensino mais eficaz e integrado.

É importante ressaltar que a adaptação curricular não se limita à alteração de conteúdo. Ela envolve, também, a criação de estratégias e critérios de atuação docente, considerando as diversas formas de aprendizagem dos alunos, conforme apontado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998). Apenas assim será possível proporcionar uma educação verdadeiramente inclusiva, que atenda de maneira eficaz às necessidades dos alunos com TEA.

3. ESTRATÉGIAS DE ALFABETIZAÇÃO LETRAMENTO PARA ALUNOS COM TEA

Quando se trata de alfabetização e letramento de alunos com TEA, é fundamental que o docente tenha compreensão sobre o transtorno e os processos de alfabetização e letramento. Assim, poderá adotar abordagens diferenciadas para promover o desenvolvimento da leitura, escrita e compreensão, respeitando os ritmos e estilos de aprendizado dos alunos com TEA proporcionando um ambiente acessível e estruturado para a aprendizagem, buscando minimizar barreiras e potencializar as habilidades individuais desses alunos.

A seguir, algumas das principais estratégias de alfabetização e letramento para crianças com TEA.

3.1 Utilização de Recursos Visuais

Uma abordagem eficaz na alfabetização de estudantes com TEA é a utilização de recursos visuais. Crianças com essa condição costumam se beneficiar de imagens, símbolos, gráficos e vídeos para entender melhor conceitos e conteúdos. Ferramentas como cartões ilustrados, histórias em quadrinhos, mapas conceituais e diagramas auxiliam na associação entre as palavras escritas e seus significados, tornando a aprendizagem mais tangível e compreensível. Além disso, os recursos visuais ajudam a organizar a rotina escolar, oferecendo uma estrutura clara e previsível para os alunos.

O ambiente previsível é fundamental no processo educacional de alunos com TEA, especialmente no que se refere à alfabetização. O modelo *Treatment and Education of Autistic*



and Communication-Handicapped Children (TEACCH) propõe que a aprendizagem seja organizada de maneira clara e sequencial, com atividades bem definidas.

Segundo Cunha (2017, p. 73), “[...] o TEACHH se baseia na organização do ambiente físico por meio de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas. O objetivo é adaptar o ambiente para o autista mais facilmente compreendê-lo e compreender o que se espera dele.”

Essa estrutura ajuda a diminuir a ansiedade dos estudantes e aprimora sua concentração, facilitando o aprendizado da leitura e escrita. Além disso, garantir que o ambiente escolar seja organizado e livre de distrações é crucial para proporcionar um espaço de aprendizado mais calmo e eficiente.

3.2 Reforço Positivo e Motivação

Pode ser trabalho através da abordagem ABA (Análise Comportamental Aplicada), que é focada na modificação e ampliação do repertório comportamental, utiliza reforços positivos para incentivar comportamentos desejados. Ela se baseia na observação e avaliação das respostas comportamentais da criança, utilizando essa análise para planejar intervenções que possam melhorar habilidades específicas, incluindo comunicação, habilidades sociais e acadêmicas.

A ABA contribui para a expansão do conhecimento linguístico, simplificando o entendimento e a criação de linguagem, elementos cruciais para a alfabetização e letramento.

Por se tratar de uma abordagem comportamental é muito importante que o professor o conheça e o adapte para suas aulas, pois todo o comportamento do estudante com TEA precisa ser incentivado e direcionado de forma cuidadosa tanto antes quanto ao longo do processo de alfabetização e letramento.

3.3 Tecnologias Assistivas

As tecnologias assistivas desempenham um papel crucial no processo de alfabetização de alunos com TEA, ajudando a tornar o aprendizado mais interativo e acessível. Softwares educativos, aplicativos de leitura e escrita, e dispositivos de comunicação alternativa e aumentativa (como tablets e computadores) podem proporcionar um ambiente de aprendizado mais dinâmico e atrativo. Esses recursos permitem que os alunos interajam de maneira mais eficiente com os conteúdos, oferecendo alternativas para aqueles que têm dificuldades com a comunicação verbal ou escrita convencional.



Além disso, tecnologias assistivas oferecem soluções específicas para as necessidades cognitivas e comportamentais dos alunos com TEA. Segundo um estudo de Smith et al. (2020), "dispositivos de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) são altamente eficazes para alunos com dificuldades significativas de fala, proporcionando-lhes meios de se expressar de forma mais independente". Ferramentas como tablets com aplicativos educacionais, softwares de leitura e escrita, e sistemas de reforço positivo podem ser usados para criar ambientes mais interativos e personalizados. Essas tecnologias, ao facilitar o acesso à informação e à comunicação, promovem maior autonomia e autoestima nos estudantes.

3.4 Personalização do Ensino

A personalização do ensino é essencial, pois o TEA é um transtorno com características que variam amplamente entre os alunos. Por isso, adaptar a aprendizagem às necessidades individuais de cada criança é fundamental para oferecer o apoio necessário ao seu crescimento. Isso envolve a criação de metas personalizadas, que devem ser ajustadas de acordo com o desenvolvimento de cada estudante. Estabelecer objetivos claros e específicos, levando em consideração as habilidades e desafios de cada aluno, permite uma abordagem mais eficiente e relevante para o processo de alfabetização e letramento.

Como o TEA é um transtorno de espectro, as necessidades e capacidades dos alunos variam consideravelmente. A personalização da aprendizagem, portanto, é crucial para garantir que cada criança receba o apoio adequado ao seu desenvolvimento. Isso pode incluir a definição de metas individualizadas, que devem ser ajustadas conforme o progresso do aluno. Trabalhar com objetivos claros e específicos, considerando os pontos fortes e as dificuldades do aluno, possibilita uma abordagem mais eficaz e significativa para a alfabetização e letramento.

3.5 Colaboração Multidisciplinar

A inclusão de crianças com TEA no processo de alfabetização e letramento deve ser feita de maneira colaborativa, envolvendo professores, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e outros profissionais que trabalham com o aluno. A equipe multidisciplinar é essencial para entender as necessidades específicas de cada criança e adaptar as estratégias pedagógicas de forma eficaz. A comunicação contínua entre os educadores e a família também é fundamental para garantir que o aprendizado aconteça de maneira integrada e coesa.



4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa qualitativa realizada, por meio de revisão bibliográfica e análise documental, revelou aspectos cruciais sobre a alfabetização e o letramento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A seguir, apresentamos os principais resultados encontrados, bem como uma reflexão crítica sobre as metodologias, práticas pedagógicas e os desafios identificados.

4.1 Principais Metodologias e Práticas Pedagógicas

O estudo revelou que uma das principais abordagens pedagógicas bem-sucedidas na alfabetização de alunos com TEA é a utilização de recursos visuais e estratégias estruturadas. A literatura revisada aponta que, ao se aplicar métodos como o TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and Communication-Handicapped Children*), as crianças com TEA demonstram maior compreensão e organização no aprendizado, especialmente quando as atividades são organizadas de forma clara e sequencial.

Além disso, o uso de recursos tecnológicos, como softwares educativos e dispositivos de comunicação aumentativa e alternativa, mostrou-se uma ferramenta essencial para alunos que enfrentam dificuldades na comunicação verbal. Esses recursos possibilitam uma interação mais eficaz com os conteúdos, além de proporcionar maior autonomia e participação nas atividades escolares.

A personalização do ensino, com a definição de metas claras e específicas, também se destacou como um fator chave para o sucesso da alfabetização de alunos com TEA. Como o espectro do autismo é amplo e as necessidades dos alunos variam significativamente, as estratégias de ensino precisam ser flexíveis e ajustadas constantemente, garantindo que cada criança receba o apoio adequado de acordo com seu ritmo e habilidades.

4.2 Desafios Enfrentados pelos Educadores

Os educadores, conforme identificado na pesquisa, enfrentam diversos desafios ao trabalhar com alunos com TEA, especialmente no que se refere à adaptação curricular e à implementação de metodologias diferenciadas. A falta de formação específica sobre o TEA e a escassez de recursos pedagógicos adequados para atender às demandas desses alunos são obstáculos recorrentes. Isso muitas vezes resulta em uma dificuldade em atender às



particularidades de cada estudante, o que pode comprometer a efetividade do processo de inclusão.

Outro desafio relevante é a integração de uma equipe multidisciplinar. Embora a colaboração entre professores, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e familiares seja essencial, a falta de comunicação eficaz e a sobrecarga de trabalho para os profissionais da educação ainda representam barreiras para a criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

4.3 Importância da Inclusão na Alfabetização e Letramento

A pesquisa também indicou que a inclusão de alunos com TEA na educação regular, conforme as orientações da legislação brasileira, tem se mostrado eficaz na promoção do direito à educação de qualidade, desde que implementada de maneira adequada. A inclusão não se limita à matrícula do aluno na escola regular, mas envolve a transformação do ambiente escolar, com a adaptação do currículo, das práticas pedagógicas e da organização das atividades escolares.

A análise das leis que garantem os direitos dos alunos com TEA, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15) (Brasil, 2015) e a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/12) (Brasil, 2012), confirma que o processo de inclusão deve ser compreendido como um direito, e não como um favor. No entanto, a efetividade dessa inclusão depende de uma contínua capacitação dos educadores, da implementação de metodologias adequadas e de um suporte especializado que permita o pleno desenvolvimento do aluno.

4.4 Implicações para a Prática Educacional

As discussões sobre as práticas pedagógicas e as metodologias utilizadas para a alfabetização de alunos com TEA indicam que é fundamental a promoção de um ambiente de aprendizagem que respeite a individualidade dos estudantes e que seja colaborativo entre todos os envolvidos no processo educacional. A pesquisa destaca a necessidade urgente de formação contínua dos educadores, especialmente no que tange à compreensão das características do TEA e à aplicação de adaptações curriculares e metodológicas que favoreçam a inclusão.

Além disso, as famílias desempenham um papel essencial nesse processo, pois sua participação ativa no desenvolvimento educacional das crianças com TEA contribui significativamente para o sucesso da inclusão escolar. A colaboração entre escola e família deve ser vista como uma parceria que fortalece a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno.



Por fim, embora haja avanços significativos nas práticas de inclusão educacional para alunos com TEA, os resultados indicam que ainda há um longo caminho a ser percorrido. A adaptação curricular, o suporte especializado e a formação dos educadores são áreas que exigem mais atenção. A educação inclusiva deve ser encarada como uma prioridade, e os desafios enfrentados pelos educadores precisam ser constantemente discutidos e superados, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a um ensino de qualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização e o letramento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são processos complexos que exigem abordagens pedagógicas especializadas, metodologias diferenciadas e um olhar sensível para as necessidades individuais de cada estudante. A inclusão desses alunos no ambiente escolar vai além do acesso à educação formal, demandando adaptações curriculares, uso de estratégias personalizadas e colaboração entre família, educadores e equipe multidisciplinar.

A pesquisa evidenciou que, apesar dos avanços na legislação e na implementação de políticas educacionais inclusivas, ainda há desafios significativos a serem superados. A formação continuada dos professores, a adequação dos recursos pedagógicos e a promoção de um ambiente escolar acessível e acolhedor são fatores essenciais para garantir o desenvolvimento pleno dos alunos com TEA.

Além disso, a adoção de metodologias como o ensino estruturado (TEACCH) e a análise do comportamento aplicada (ABA) tem se mostrado eficaz na construção de um ensino mais organizado e adaptado às particularidades desses alunos. O uso de recursos visuais, tecnologia assistiva e estratégias interativas pode facilitar o processo de aprendizagem e contribuir para a autonomia e participação ativa dos estudantes no contexto escolar.

Por fim, destaca-se que a educação inclusiva não deve ser vista como um desafio isolado, mas como uma responsabilidade coletiva que envolve toda a comunidade escolar e a sociedade como um todo. Apenas por meio do compromisso com a equidade e com a promoção de um ensino de qualidade para todos será possível garantir o direito à educação e proporcionar melhores oportunidades para os alunos com TEA, contribuindo para sua inserção e participação efetiva na sociedade.



6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.; SOUZA, T. Tecnologia assistiva e inclusão escolar: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 2, p. 145-160, 2018.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARRETO, M. F. Alfabetização e letramento de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). **Revista Amor Mundi**, v. 2, p. 45-56, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 1998.

CORREIA, A. M. R.; MESQUITA, A. **Mestrados e Doutoramentos**. 2. ed. Porto: Vida Económica Editorial, 2014.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

FREIRE, P. **A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

LOPES, M. Educação estruturada e análise comportamental aplicada no ensino de alunos com TEA. **Revista Educação Especial**, v. 36, n. 70, p. 543-562, 2023.

NEUROSABER. **DSM-5 e TEA: O diagnóstico do autismo**. 2022. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/dsm-5-e-tea-o-diagnostico-do-autismo/>. Acesso em: 10 out. 2022.

OLIVEIRA, E. F. Educação inclusiva de alunos com autismo no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Educação Especial**, v. 36, n. 70, p. 543-562, 2023.



OLIVEIRA, F. L. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 23 jun. 2024.

PESSOA, V. S. C.; PRADO, R. R. Tecnologia Assistiva e a aprendizagem de habilidades de leitura e escrita em crianças com autismo: uma revisão integrativa. In: FRANÇA, G.; VELOSO, G.; BRITO, G. (Org.). **Autismo: Tecnologias para a Inclusão**. Porto Nacional: Acadêmica, 2022. p. 319-333.

SCHMIDT, C. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SILVA, R.; COSTA, L. Metodologias diferenciadas no ensino de alunos com TEA. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, n. 3, p. 123-135, 2021.

SMITH, J.; WILLIAMS, D.; LEE, P. Effective use of AAC for children with autism spectrum disorder: A review of current practices. **Journal of Assistive Technology**, v. 14, n. 1, p. 22-30, 2020.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 5-17, 2004.

SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 1. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

ZANON, R. B.; BACKES, B.; BOSA, C. A. Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 25-33, 2014.